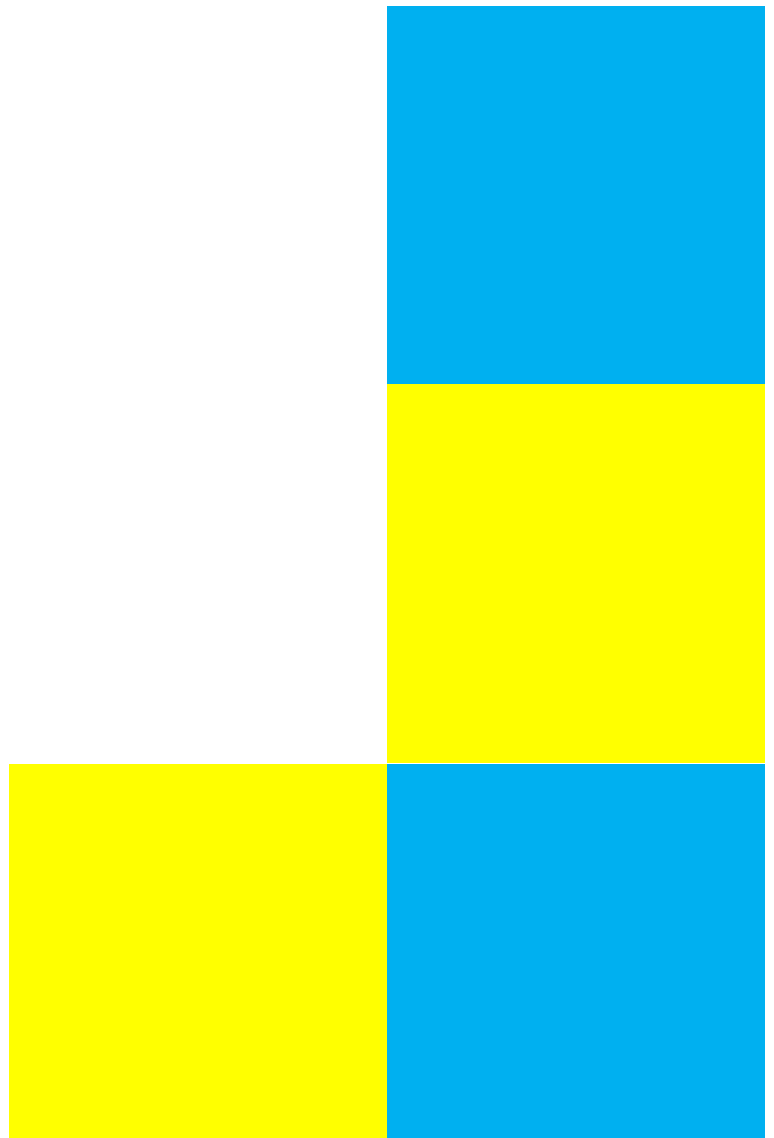
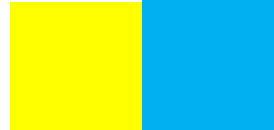


Guerras moleculares, Pandemias, Catástrofes: A genealogia do governo Bolsonaro

Giuseppe Cocco

*Professor Titular da UFRJ, coordenador do LABTeC-PPGCOM-UFRJ, membro da
Rede de laboratórios Moitará.*





Este artigo foi escrito em meado de 2019 para um público estrangeiro, antes da chegada da pandemia do coronavírus que abalou o mundo. Inicialmente ele queria ser uma reflexão sobre as dinâmicas da violência na América do Sul no marco mais geral da transformação da noção de guerra como crise da distinção clássica entre o amigo e o inimigo.

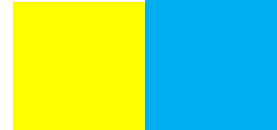
O ponto de partida era colocar em perspectiva a inflexão política e institucional pela qual passou (e passa) o Brasil em função de dois eventos relativamente próximos: o brutal assassinato da vereadora Marielle Franco, no Rio de Janeiro, e a vitória eleitoral de um candidato da nova (e velha) extrema direita brasileira e mundial. No final de fevereiro de 2020, na hora de adaptar o artigo ao português, o vírus chegou ao norte da Itália e rapidamente espalhou-se pelo planeta como um todo, levando ao *lockdown* generalizado: bilhões de pessoas estão em confinamento neste final de abril (de 2020). Se o vírus realizou seu salto de espécie (passando da contaminação entre animais à entre homens) na China, foi a partir do drama italiano que virou pandemia. Na Itália, o vírus mostrou uma velocidade de propagação violenta e letal, com impacto devastador sobre o sistema de saúde. Depois de muitas hesitações, o governo italiano decidiu fechar a região economicamente mais importante do país (a Lombardia) e, poucos dias depois, decretou o *lockdown* nacional. Uma medida tomada na precipitação da emergência do contágio e da dramática contagem dos mortos. O vírus entrou na circulação social e produtiva e a única maneira de reduzir os danos foi “desligar a tomada”. Em poucos dias, as medidas que a Itália tomou (distanciamento social, confinamento, quarentena etc.) generalizaram-se ao mundo na tentativa desesperada de desacelerar a propagação do vírus. Nunca, antes, a relação entre aceleração e desaceleração da vida (e da morte) apareceu tão claramente. A proteção da vida passou a depender da drástica desaceleração dos fluxos sociais. Hoje as vítimas oficiais contam-se por dezenas de milhares.

Cientes da criticidade dessa inflexão, e ainda mais das decisões que estavam tomando, os governos que anunciavam as medidas de isolamento social passaram a falar de uma situação de guerra. Quando o primeiro-ministro Giuseppe Conte decretou o *lockdown* nacional, disse que a Itália inteira se transformaria em uma Zona Protegida. Em

artigo publicado pela Revista *Lancet*, cinco pesquisadores definiram as medidas tomadas como sendo de tipo militar¹. Nos debates entre virologistas, epidemiologistas e outros técnicos italianos muitas vezes passou-se a usar o termo de uma guerra cujas batalhas aconteciam nos territórios entendidos como “linha de frente”, ao passo que os hospitais precisavam se resguardar como retaguardas. A linguagem da guerra foi, em seguida, adotada pelo presidente francês. No primeiro discurso, de 12 de março, que ainda não decretava o *lockdown* total e confirmava a realização das eleições municipais (no dia 15 de março), Macron apenas usou os termos de urgência e mobilização geral. Já no discurso de segunda, 16 de março, ele empregou o termo guerra 8 vezes para explicitar os termos da mobilização geral à qual estava chamando: “Estamos em guerra e a Nação vai apoiar seus filhos que, como os trabalhadores da saúde, na cidade e no hospital, estão na linha de frente em um uma luta que vai exigir energia, determinação e solidariedade”. A referência à guerra perpassou também artigos, debates e até os planos econômicos que os diferentes governos implementaram na tentativa de conter os devastadores impactos econômicos do confinamento planetário. Em um importante artigo sobre a inflexão necessária e urgente das políticas econômicas, o ex-presidente do Banco Central Europeu (BCE), Mario Draghi, escreveu: “É papel próprio do Estado mobilizar seu orçamento para proteger os cidadãos e a economia contra choques pelos quais o setor privado não é responsável e não pode absorver. Os Estados sempre o fizeram diante das emergências nacionais. As guerras - o precedente mais relevante - foram financiadas pelo aumento da dívida pública”. O título do artigo foi ainda mais explícito: “*We face a war against coronavirus and must mobilise accordingly*”². No Brasil, o orçamento mobilizado para enfrentar a crise foi chamado de “orçamento de guerra”. O primeiro-ministro espanhol, Pedro Sanchez, defendeu uma nova política econômica da União Europeia baseada no fato que “[a] Europa enfrenta uma guerra diferente das que conseguimos evitar ao longo

¹ Ver Alessandro Milani e Al., “The Italian war-like measures to fight coronavirus spreading: reopen closed hospital now” in **EClinicalMedicine – The Lancet**, 26 de março de 2020. Disponível em: < [https://www.thelancet.com/journals/eclinm/article/PIIS2589-5370\(20\)30064-X/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/eclinm/article/PIIS2589-5370(20)30064-X/fulltext) >.

² Ver **Financial Times**, March 25 2020. Disponível em: < <https://www.ft.com/content/c6d2de3a-6ec5-11ea-89df-41bea055720b> >.



de setenta anos: uma guerra contra um inimigo invisível que desafia o porvir do projeto europeu”³. Ele também faz referência a uma necessária “economia de guerra” e de um “Plano Marshall”. Inútil dizer que as imagens das longas filas de caminhões militares transportando centenas de caixões de vítimas da Covid-19 do Vale Seriana (na província italiana de Bergamo, na Lombardia) mostraram que não tratava apenas de artifícios retóricos⁴.

A pandemia transformou-se mesmo em uma guerra ou se trata tão somente de uma metáfora mobilizada pelos governos para justificar as medidas sem precedentes de distanciamento social e *lockdown*? Interrogado sobre as consequências políticas das medidas tomadas para enfrentar a epidemia, o filósofo Étienne Balibar diz que “um dos traços da democracia é a consciência que toda estratégia de proteção coletiva, que se trate de fechamento das fronteiras, de confinamento, de *tracking* das populações de risco, não é inofensiva. A maneira na qual uma sociedade se quer ‘em guerra’, mesmo que seja contra um vírus, põe em jogo a democracia”⁵. Em duas entrevistas à *Rede Globo*, o neurocientista Miguel Nicolelis – professor da Duke University e chefe do comitê técnico de combate à Covid-19 dos governadores do Nordeste – declarou: “Esta é uma guerra biológica, uma guerra multidimensional, híbrida, diferente de todas as tradicionais. O front de guerra muda constantemente. E você tem que ter a habilidade de se mover no tempo do vírus”⁶.

O fato é que, apesar do total despreparo do Ocidente diante da pandemia, seus cenários tinham sido previstos em diferentes estudos estratégicos nos anos 1990 e eram de tipo militar: por exemplo, o exercício “*Dark Winter*”, conduzido pelo Pentágono, alguns meses *antes* do ataque às torres gêmeas (11 de setembro de 2001). Mark Perry escreveu sobre as semelhanças entre as conclusões terrificantes às quais tinham chegado

³ Ver “Même les plus européistes, comme l’Espagne, ont besoin de preuves d’un reel engagement de l’UE”. in **Le Monde**, 5 de abril de 2020. Disponível em: https://www.lemonde.fr/idees/article/2020/04/05/pedro-sanchez-meme-les-pays-les-plus-europeistes-comme-l-espagne-ont-besoin-de-preuves-d-un-reel-engagement_6035600_3232.html.

⁴ Ver “Dopo Bergamo e Ponte San Pietro, l’Esercito porta via le bare da Seriate”. in **Bergamo News**, 25 de março de 2020. Disponível em: < <https://www.bergamonews.it/2020/03/25/dopo-bergamoe-ponte-san-pietro-lesercito-porta-via-le-salme-da-seriate/362392/> >.

⁵ Ver “Étienne Balibar: ‘l’histoire ne continuera pas comme avant’”, entrevista realizada por Jean Birnbaum, **Le Monde**, 22 de abril de 2020.

⁶ Citado por Miriam Leitão, “Nordeste aposta em ciência como arma”, **O Globo**, 19 de abril de 2020.

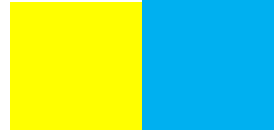
os responsáveis daquele exercício e a situação atual da Covid-19⁷. Na realidade, a preparação *militar* é bem mais antiga e remonta à Guerra Fria. Inicialmente era ligada à previsão dos efeitos de um ataque nuclear. Nos anos 1960 e 1970, essa noção foi estendida aos fenômenos naturais (inundações e tempestades, bem como catástrofes ecológicas e acidentes nucleares). No final dos anos 1990, a saúde e as doenças infecciosas entraram nos estudos sobre bioterrorismo. Andrew Lakoff lembra, por exemplo, que, em 2006, Richard Falkentrath, antigo conselheiro da Casa Branca para a segurança interna, declarava ao Congresso: “Comparativamente às outras ameaças que pesam sobre a segurança nacional dos Estados Unidos, a ameaça de uma catástrofe provocada por uma doença devastadora constitui e constituirá, em um porvir próximo, o principal perigo ao qual estamos confrontados”. Citando esse discurso, Andrew Lakoff enfatiza que, com essa advertência, o especialista em terrorismo e proliferação nuclear indicava que esse assunto, que até então era visto como uma questão de saúde pública, dizia respeito também às questões de segurança⁸. Isso não mudou muita coisa na capacidade dos Estados Unidos e, mais em geral, dos países ocidentais se preparem diante da ameaça que hoje se concretizou dramaticamente. Ao mesmo tempo, temos a confirmação que a “guerra” e o “militar” não são apenas metáforas do momento.

Mesmo quando olharmos especificamente para as dimensões sanitárias da crise atual, imediatamente volta a referência à medicina de guerra, ou seja àquelas situações nas quais a saturação constante dos serviços obriga médicos e enfermeiros a fazerem a chamada “triagem”: escolher, entre os pacientes, aqueles que terão acesso às curas e quais serão deixados para morrer⁹. Isso nos faz pensar em como Roberto Esposito tem associado a “proteção da vida” à sua “negação” em um livro cujo título nos aparece hoje fortemente evocador: *Immunitas*. Em 2002, Esposito escrevia: “A emergência epidêmica

⁷ Ver “America’s Pandemic War Games Don’t End Well”. In **Foreign Policy**, 1 de abril de 2020. Disponível em: < <https://foreignpolicy.com/2020/04/01/coronavirus-pandemic-war-games-simulation-dark-winter/> >. Ver também Marc Allgower, “Ces rapports qui prédisaient la pandémie”. In **Le Monde**, 13 de abril de 2020.

⁸ Ver Andrew Lakoff, “Les maladies infectieuses ont fait l’objet de mesures de préparation à la fin des années 1990”. Entrevista com Marc-Olivier Bherer. In **Le Monde**, 20 de abril de 2020.

⁹ Ver Frédérique Leichter-Flack, “Vivre-ensemble à l’épreuve du virus”. In **Le Monde**, 18 de março de 2020.



constituída pelas grandes doenças infecciosas têm precisas implicações econômicas, jurídicas, políticas e até militares” (p.7).

Agamben escreveu dois artigos (e várias entrevistas) sobre a pandemia. Em um primeiro artigo, afirmou que os governos estavam usando o pânico do vírus e a retórica bélica para implementarem o “estado de exceção”. Diante das críticas que recebeu, tentou amenizar esse uso de uma situação inusitada para aplicar suas teorias sobre a normalidade da exceção em outro artigo e em uma entrevista. Mesmo discordando dele – e de todos que tentaram fazer do vírus a confirmação de teorias formuladas anteriormente, inclusive um agente da transformação anticapitalista do mundo¹⁰ –, a questão que Agamben coloca é pertinente: “Podemos, para proteger a vida, suspender a vida”. Ou seja, uma vida confinada e reduzida, merece mesmo ser vivida?

Uma primeira resposta já está dada e tem duas dimensões incontornáveis: a primeira é que o Ocidente (e o Sul) ficou totalmente despreparado diante da pandemia e sua postura (dos governos e forças políticas dos mais diversos horizontes e, enfim, dos diferentes segmentos da sociedade civil) foi de *negação* do perigo (o caso italiano, e mais especificamente lombardo, é emblemático¹¹): o total despreparo tornou-se a esteira de decisões tomadas na urgência e na precipitação e, *por causa disso*, sem condições de fazer “nuances”. A segunda resposta – que é muito mais importante – está no fato que, diante da crise imposta pela pandemia da relação entre a circulação social e econômica e o “fazer viver”, o governo italiano optou (uma decisão que só depois tomaram muitos outros governos) claramente pelo “fazer viver” e *suspendeu a economia*, não a vida¹².

Mas, voltemos ao debate sobre o uso generalizado de uma terminologia de guerra. A historiadora Bénédicte Chéron, questionando essa retórica de guerra assim como a propaganda dos meios militares usados (os hospitais de campo) durante a emergência, escreveu que realmente a “analogia guerreira não era ilegítima: uma epidemia dessa

¹⁰ Ver Pablo Amadeo (ed.). **A Sopa de Whuan**, 2020.

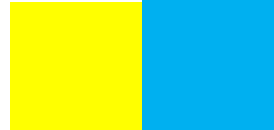
¹¹ Ver Claudio Visani, “Siamo un paese dalla memoria corta”. In **Globalist**, 5 de abril de 2020. Disponível em: < <https://www.globalist.it/life/2020/04/05/siamo-un-paese-dalla-memoria-corta-il-coronavirus-lo-dimostra-ogni-giorno-2055653.html> >.

¹² É alias o que enfatiza Macron em sua entrevista ao **Financial Times**. Cf. nota 3.

amplitude, como uma guerra, transforma subitamente nossa relação íntima à morte em um objeto coletivo e político”. Para ela, então, o uso “desse campo semântico podia constituir uma ferramenta legítima de mobilização”. Porém, diz ela, é preciso evitar que se estabeleça um “continuum” de imagens militares e vocabulário securitário: “se estivéssemos em guerra, o chefe de Estado teria designado um inimigo, que as forças armadas combateriam pelas armas, em uma relação de força política. Em uma crise sanitária, conclui ela, não há relação de força política com o vírus”¹³. Essa afirmação de que, para termos uma guerra, precisamos da designação clara de um inimigo é aquela que nos interessa. Temos aqui um paradoxo: as novas formas de guerra, aquelas que o pensamento estratégico e a filosofia política esforçaram-se em pensar, não mobilizam a relação clássica – schmittiana – do amigo e inimigo. Ao contrário, o desafio do pensamento estratégico e da crítica da violência hoje é de construir uma política e uma ética diante de uma difusão social da violência e da fenomenologia de uma guerra (de um sem número de guerras) que não se deixa encaixar nas tradicionais linhas de conflito.

Como dissemos, o despreparo do Ocidente (e do Sul) diante do vírus levou os governos e os virologistas a usarem a terminologia bélica na precipitação e de maneira paradoxal: é porque não se prepararam para essa emergência, ou seja, para essa “guerra de novo tipo” que tiveram que usar essa linguagem de guerra. Não se prepararam – nem os governos, nem as sociedades – por uma série de razões que merecem um estudo mais sistemático. Porém, parece-nos que uma dessas razões está no fato que – depois de uma primeira fase do debate sobre a guerra no mundo pós Guerra Fria e sobretudo nos dias seguintes aos atentados às torres gêmeas (11 de setembro de 2001) – a atenção se concentrou sobre uma difusão molecular dos conflitos e foi essa a armadilha. A difusão e fragmentação das guerras moleculares (e daquelas culturais que lhe estão associadas) em função do fundamentalismo islâmico, das guerras civis como aquelas da Síria, do Afeganistão, do Iêmen, etc., acabaram concentrando a atenção sobre esses novos regimes

¹³ Ver “À trop mobiliser le registre militaire face à toute crise, les mots perdent leur sens”. In **Le Monde**, 22 de abril de 2020. Disponível em : < https://www.lemonde.fr/idees/article/2020/04/22/benedicte-cheron-a-trop-mobiliser-le-registre-militaire-face-a-toute-crise-les-mots-perdent-leur-sens_6037376_3232.html >.



de violência e aquilo que é chamado de bioterrorismo¹⁴, desviando a atenção diante do outro grande perigo que eram (e são) os vírus emergentes, como o SARS-CoV-2¹⁵.

O debate sobre violência e guerra torna-se ainda mais fundamental com a crise da pandemia. No Brasil, o desdobramento da crise sanitária em crise política, com a multiplicação de manifestações de cunho fascista em articulação com o Planalto, também confirma a necessidade de uma reflexão de mais fôlego sobre a genealogia do atual governo e, mais em geral, de novas e preocupantes dinâmicas sociais.

"Haiti, é aqui ..."

"Pense no Haiti, reze pelo Haiti". "O Haiti é aqui, o Haiti não é aqui". Estes são versos de uma canção escrita por Caetano Veloso¹⁶. O Haiti é, de fato, um bom ponto de partida para introduzir a nossa análise da nova guerra a partir das transformações políticas, sociais e económicas que o Brasil está atravessando. Da mesma forma que a tragédia interminável do Haiti inspirou o músico no início dos anos 1990, o país do Caribe inspirou a política externa do Governo Lula. Em 2004, o governo brasileiro concordou em participar de uma missão de paz das Nações Unidas (MINUSTAH)¹⁷ e em ser a sua força motriz. A missão durou 13 anos (até 2017) e o Brasil enviou o maior contingente militar. Comandada por um país do "Sul Global", a missão concedeu às forças de manutenção da paz o direito de usar a força para impor a paz¹⁸.

¹⁴ Emblemático Esposito (2002, p.6): "(...) o ataque terrorista hoje em dia mais temido, porque o menos controlável, é aquele bacteriológico (...)".

¹⁵ Para os vírus emergentes, ver Ernesto Burgio, "COVID-19: the Italian Drama. Four avoidable risk factors". In *Wall Street Journal – Science and Technology*, 21 April 2020. Disponível em: <<https://wsimag.com/science-and-technology/61967-covid-19-the-italian-drama>>.

¹⁶ Canção gravada em 1993, no disco **Tropicália 2**, de Caetano Veloso e Gilberto Gil. Letra disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/caetano-veloso/44730/>>.

¹⁷ Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti.

¹⁸ A missão aconteceu no âmbito do capítulo 7 da carta das Nações Unidas que autoriza os capacetes azuis a usarem a força para manter ou estabelecer a paz e que foi usado quando da primeira guerra do Golfo. Ver Frouville Olivier. "*Le chapitre VII de la Charte des Nations unies. Colloque de Rennes, 50e anniversaire des Nations unies*". In *Politique étrangère*, n°4, 1995, 60^eannée, p.1047-1049. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/polit_0032-342x_1995_num_60_4_4479_t1_1047_0000_3>.

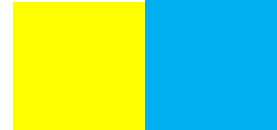
A participação brasileira na missão da ONU foi o cadinho de um movimento ambivalente de modernização do Exército brasileiro: a sua nova perspectiva global, por sua vez, impulsionou-o de volta para o cenário político nacional. Existe uma relação de "ida e volta" entre o Brasil e o Haiti, entre as *bindovilles* de Port au Prince e as favelas do Rio de Janeiro, entre as favelas da Maré (a de Marielle Franco) e Cité Soleil. As favelas do Rio de Janeiro foram, ao mesmo tempo, o campo de treino para os contingentes militares brasileiros mobilizados no Haiti e o espaço onde a aprendizagem "haitiana" foi aplicada quando voltaram. Para os oficiais e soldados entrevistados pela socióloga Izadora do Monte, a situação doméstica é mais chocante do que a estrangeira e, em contrapartida, a experiência internacional é mais "real" do que a doméstica¹⁹. Essas "idas e vindas" impulsionaram não só a evolução das experiências de "guerra real" e de "novos materiais" vividas no estrangeiro, mas também uma verdadeira escalada das intervenções domésticas. Bolsonaro também explicou o que essa missão significava para ele: "No Haiti, tínhamos uma forma de compromisso: qualquer elemento com uma arma de guerra, os militares disparavam dez, quinze, vinte, cinquenta tiros e depois iam ver o que tinha acontecido. Resolveram o problema rapidamente"²⁰.

São os oficiais que conduziram essas missões que têm hoje um papel de linha da frente no governo federal de extrema-direita²¹. Por exemplo, o general Otávio do Rêgo Barros, após ter comandado o batalhão brasileiro da MINUSTAH, no Haiti, liderou a grande operação de pacificação do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, no âmbito da "Garantia da Lei e da Ordem" (GLO) decidida pelo governo da presidenta Dilma Rousseff (do Partido dos Trabalhadores, de Lula) em 2010 e 2012. Esse general é atualmente (abril de 2020) o porta-voz da Presidência da República. A "pacificação" desse grupo de favelas é um dos estudos de caso do Exército dos Estados Unidos sobre o futuro

¹⁹ Izadora Xavier do Monte, « Bon Bagay » et « Bandidos » Genre, race, nationalité et les Casques bleus brésiliens en Haïti.», tese de doutorado, Université de Paris 8, junho de 2019.

²⁰ Citado por Fabio Victor, "Terra Desolada. O que o Brasil deixou para trás no Haiti". In **Revista Piauí**, agosto 2019, p. 18.

²¹ Em agosto de 2019, 962 militares integravam o poder executivo. Cf. Gabriel Shinohara, "Número de militares da ativa no governo cresce 13%". In **O Globo**, 5 agosto de 2019, p.7. Ver também Rosângela Bittar, « Militares titelam o governo como partido ». In **Valor**, 16 janeiro de 2019, p. A6.



da guerra: "No Rio, em novembro de 2010, foram necessários mais de 3 mil policiais e militares para acabar (sic) com a violência em toda a cidade que emanava de uma única favela (comunidade de favelas) das 600 da cidade" (FREEDMAN, 2018, p.257)²².

Para compreender o que está acontecendo, precisamos colocar essas transformações dramáticas na perspectiva do que está acontecendo entre a economia da violência e a violência da economia, no sentido da comparação de Marx e Derrida proposta por Catherine Malabou: "(...) é evidente que, em Derrida como em Marx, o pensamento econômico, ou melhor, uma certa relação entre economia e violência, envolve, de fato, uma crítica da política como origem ou horizonte da violência, e da redução da violência"²³. Tentaremos, portanto, permanecer o mais próximo possível do "rigor original da crítica marxista" (DERRIDA, 1967, p.175), mesmo que isso signifique afastarmo-nos dela da mesma forma que, como salientou Maurice Merleau-Ponty (1955, p.12), "depois, como antes da revolução, o verdadeiro revolucionário, cada dia, perante cada problema, redescobre o que deve ser feito, navega sem mapa e olhando ao presente".

Os bárbaros, os selvagens e a inconvertibilidade da violência

Como acabamos de dizer, trata-se de identificar a relação incerta que liga e separa a economia da violência e da violência econômica, para além da falsa oposição entre política e economia. Para começar, para marcar este debate, mobilizamos três autores que são muito diferentes uns dos outros não só em termos das suas abordagens, mas também em termos dos contextos históricos específicos em que desenvolveram as suas reflexões sobre a fenomenologia da guerra e da violência. Os três autores são Max Weber, Pierre Clastres e, finalmente, Etienne Balibar: um sociólogo, um antropólogo e um filósofo.

²² Ver também: **Chief of Staff of the Army**, Strategic Studies Group, Megacities and United States Army. Preparing for a Complex and Uncertain Future, June 2014, p. 16. Disponível em: <<https://www.ansa.org/publications/urbanization-and-megacities-implications-us-army>>.

²³ Ver "Économie de la violence, violence de l'économie (Derrida et Marx)". In **Revue Philosophique. De la France et de l'Étranger, Derrida**, n. 2, Avril-Juin 1990, PUF, Paris, p. 305.

Max Weber: a indústria contra os bárbaros

Em seus discursos sobre a guerra de 1914-18, entre outras análises, Max Weber faz três tipos de afirmações que nos interessam aqui. Primeiro, define a guerra contra a Rússia como a resposta inevitável a uma ameaça bárbara (russa): "Seria uma vergonha eterna ter faltado coragem em deixar que a barbaridade russa, a monotonia inglesa e a tagarelice francesa dominassem o mundo. É por isso que estamos em guerra", disse ele no limiar do terceiro ano da Primeira Guerra Mundial, num discurso em Nuremberg, em 1 de agosto de 1916 (WEBER apud BRUHNS, 2015, p.88). "O agricultor russo", prosseguiu Weber, "que possui dez hectares, uma área com que um agricultor alemão pode ficar satisfeito, pensa que vai morrer de fome porque é um selvagem que não sabe utilizar ferramentas agrícolas" (WEBER apud BRUHNS, 2015, p.79). No mesmo discurso, refere-se aos "dois milhões (de soldados russos) que foram feitos prisioneiros, mais do que todo o exército que, do nosso lado (alemão), estava empenhado contra a Rússia no campo de batalha". Ter-se-iam deixado capturar se pensassem que estavam a lutar por um Estado-nação? Na realidade, a maioria deles provinha de povos estrangeiros oprimidos (pelo Império Russo). A terceira consideração que nos interessa é a que estabelece a ligação entre a guerra e as relações de produção: "Foi dito que a indústria amacia o povo e o torna incapaz de lutar. Mas é precisamente a indústria que nos faz ganhar a guerra" (WEBER apud BRUHNS, 2015, p.80). Ao mesmo tempo, ele continua, "é o poder da Alemanha que vai decidir o nosso comércio e indústria". Ouvimos o eco da teoria da violência de Engels: "a introdução da pólvora e das armas de fogo não foi precisamente um ato de violência, mas de progresso industrial e, portanto, de progresso econômico" (ENGELS, 1979, p.146).

No discurso do grande sociólogo mobilizado no esforço de guerra do seu país, encontramos, inicialmente, o uso explícito da noção de selvageria e/ou barbárie como explicação tanto para o perigo da violência extrema como para a fraqueza do Estado bárbaro (russo) face às tropas alemãs cultas e disciplinadas. Weber afirma a superioridade do Estado-nação, que mobiliza um exército civilizado e, portanto, soldados muito superiores aos (britânicos) Gurkhas, italianos e russos, que para ele nada mais são do que

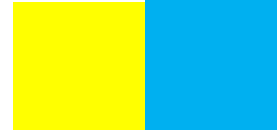
"carne para canhão" (WEBER apud BRUHNS, 2015, p.80). Por último, se é a indústria que decide o destino do conflito, o futuro da indústria depende do resultado da guerra (e, portanto, da violência). Temos, pois, três elementos: a justificação da guerra como defesa da civilização contra a barbárie; a afirmação do Estado-nação como a fase superior de um processo que encontra na indústria tanto o que é realmente necessário defender como a condição para a vitória.

Pierre Clastres: a guerra dos selvagens contra o Estado

Vamos agora avançar para uma abordagem que tenta fazer uma ruptura radical com o pensamento ocidental e, portanto, com as guerras civilizadas e industrializadas. A ideia é apreender a guerra do ponto de vista dos selvagens: os bárbaros não como figura "retardada" na mesma linha de desenvolvimento, mas os selvagens como uma alteridade não ocidental. É o que encontramos em Pierre Clastres (2004, p.225), que quis afirmar uma alternativa radical à etnologia marxista: para ele, "o marxismo é um economismo (que) reduz o corpo social à infraestrutura econômica". Se ele considera que o etnomarxismo é "uma nulidade absoluta", acrescenta que ocupa um espaço que o estruturalismo deixa vazio: "a lacuna é que (o estruturalismo) não fala da sociedade". O parentesco não é sociedade: "O estruturalismo é como uma teologia sem deuses: é uma sociologia sem sociedade" (CLASTRES, 2004, p. 214). A sociedade selvagem não é "uma infância da humanidade" (DERRIDA, 1967, p.158), nem é uma etapa na evolução dos modos de produção que os oceanos teriam preservado como num tubo de laboratório, mas uma sociedade organizada contra o Estado e, nessa medida, contra a inovação dos seus modos de produção. Pierre Clastres (2004, p.223) salienta: "A sociedade primitiva é indivisível porque não dispõe de um órgão de poder político separado". No entanto, para ele, "a economia é gerada pela política, as relações de produção derivam das relações de poder" (CLASTRES, 2004, p.224). É, portanto, "o Estado (que) gera as classes". No artigo que dá o título ao livro, Clastres radicaliza a sua análise da alteridade dos selvagens: se a sua sociedade é contra o Estado (e nesta medida contra a evolução das relações de

produção), é porque está em guerra contra a inovação, cuja mola mestra é fundamentalmente a troca. A sociedade selvagem é, ao mesmo tempo, totalidade e unidade. É indivisível porque não permite que nenhuma figura do Um se desprenda do corpo social para o representar. Para que o "nós" desta totalidade e unidade se mantenha (indivisível) deve opor-se ao outro "nós", precisa de guerra: "A guerra é uma estrutura da sociedade primitiva e não o fracasso acidental de uma troca que correu mal" (CLASTRES, 2004, p.257). A etnografia de Pierre Clastres coloca as sociedades selvagens como radicalmente "diferentes" das produzidas pela evolução ocidental dos modos de produção, e a única forma de compreender isto é apreender o fato político da sua recusa de autonomia ou determinação econômica: a verdade das sociedades selvagens é a violência, e a guerra (com as suas alianças) é a verdade do intercâmbio. De repente, Clastres opera uma crítica pelo avesso do Leviatã, mantendo uma espécie de autonomia do político: "Hobbes pensava, falsamente, que o mundo primitivo não é um mundo social, precisamente porque a guerra impediria as trocas (...)" e é por isso que ele diz que "os selvagens americanos vivem de uma forma 'quase animal'". No entanto, "o erro de Hobbes não faz a verdade de Claude Lévi-Strauss". "Para este último – Clastres continua – a sociedade primitiva é o mundo do intercâmbio: mas confunde o intercâmbio fundador da sociedade humana em geral (exogamia e proibição do incesto) com o intercâmbio como um modo de relacionamento entre diferentes grupos" (CLASTRES, 2004, p.267-268)²⁴. A sociedade primitiva é uma sociedade radicalmente diferente, e isto porque a sua política visa mesmo manter – através da guerra – essa separação. Por conseguinte, Clastres não se opõe a Hobbes pelo fato de o Estado ser a condição para a paz (e a troca). Pelo contrário, diz mesmo que a condição para que não haja Estado é a guerra de todos contra todos. Onde ele difere de Hobbes é no fato de o filósofo inglês pensar que uma sociedade que persiste na guerra de todos contra todos não é uma sociedade, que todas as instituições passam pelo fim da guerra. Para Clastres (2004, p.270), pelo contrário, a

²⁴ Para uma crítica a Claude Lévi-Strauss e sua noção de violência e sua relação com a escrita, ver Jacques Derrida, op cit., notadamente p. 186.



guerra de todos contra todos é mesmo o fato de uma sociedade não só primitiva, mas sobretudo uma sociedade sem Estado.

O que Clastres propõe é uma espécie de visão positiva da guerra de todos contra todos, na medida em que esta seria – nas sociedades ameríndias selvagens – a condição de uma sociedade sem Estado e, portanto, sem as guerras que os Estados produzem. Estamos, portanto, a falar de uma guerra que "assume o rosto terrorista do imperialismo, da repressão, da tortura, do domínio de uma raça sobre outra, de uma língua sobre outra, de um sexo ou gênero sobre outro e, também, de uma certa forma de filosofar sobre outro"²⁵.

Étienne Balibar e a inconversibilidade da violência

Numa série de ensaios sobre violência extrema, Étienne Balibar (2010)²⁶ traça algumas linhas de pensamento capazes de distinguir uma alternativa entre violência e civilidade. É um esforço notável que nos proporciona um vasto leque de novas leituras e revisões da filosofia política (ou antropologia filosófica), especialmente do marxismo. Também aqui vamos escolher três momentos de reflexão: um primeiro baseado numa leitura da filosofia do direito de Hegel, um segundo sobre as ambiguidades da crítica marxista à violência, e o terceiro sobre as formas contemporâneas de guerra, aquelas que se seguiram ao fim da Guerra Fria, após a queda do Muro de Berlim. Em primeiro lugar, Balibar retoma a noção hegeliana de conversão da violência. Aqui temos uma abordagem que é o oposto de Clastres. A construção do Estado de direito reprime a violência na medida em que esta é convertida. As suas dimensões destrutivas exigem uma transformação em poder dentro das instituições. A violência é transformada em poder, o

²⁵ Catherine Malabou, "Économie de la violence, violence de l'économie (Derrida et Marx)", op. cit. p. 303. Cf. Nota 24.

²⁶ As conferências foram realizadas em 1996.

poder do Leviatã subindo acima da "guerra de todos contra todos". A história é o movimento dessa conversão dialética. Nas palavras de Hegel, "a lei do progresso só domina a história se a história for o processo de conversão institucional, dotando assim o direito e o Estado de um conteúdo espiritual e de uma legitimidade que vá para além do mero fato de dominar". É por isso que

toda a interpretação da filosofia hegeliana se joga no confronto entre o dispositivo conceptual e simbólico que utiliza para pensar esta conversão (a negação da negação, a temporalidade da superação das figuras pela sua autodissolução violenta, as alegorias da cena do tribunal e o sacrifício) e a restrição que impõe a priori ao reconhecimento de formas de violência histórica, a fim de preservar o seu significado teleológico (BALIBAR, 2010, P.103-104).

O que é interessante na releitura de Balibar do conceito hegeliano de violência convertível é a forma como ele a faz funcionar, por um lado, para mostrar as armadilhas do seu uso marxista e, por outro lado, para apreender a emergência de novas formas de violência que seriam inconvertíveis. O que o marxismo faz, recorda Balibar (2010, p.105), é colocar "o proletariado no lugar do povo e a revolução no lugar do Estado. Tal substituição permite trazer para o julgamento o que Hegel, por seu lado, tinha excluído". Mas o processo é o mesmo:

Se Hegel excluiu certa violência, foi devido ao seu postulado de convertibilidade. Os marxistas farão a mesma operação, substituindo o critério de convertibilidade pelo de ter ou não um efeito revolucionário: assim, se Marx criticou Hegel por não levar em consideração a violência da rale (*Pöbel*), isso não o impedirá de, mais tarde, introduzir a referência negativa ao lumpemproletariado, apresentado como o elemento contrarrevolucionário "dentro do povo"²⁷.

Tal como a violência revolucionária (contra a dominação) foi justificada, a violência de lumpem foi justificada como merecendo a violência de uma revolução que já

²⁷ Balibar (2010) desenvolve estas reflexões na nota 1 (p.105-106), onde se inspira, em particular, na obra de Jacques Rancière, *Le Philosophe et ses pauvres*, Paris, Fayard, 1983.

se apresentava como dominação. De fato, ao longo dessa operação, a crítica marxista da violência, embora se separe do liberalismo hegeliano²⁸, acaba no impasse de uma conversão ainda menos eficaz do que a prevista pela filosofia da história. No final, diz Balibar, a teleologia da revolução atribui-lhe um estatuto semelhante ou pior do que o do Leviatã hobbesiano. Em outra palestra, Balibar afirma: "a Revolução é pensada (ambos) a partir de baixo (e) a partir de cima". Deveria ser "a metamorfose das figuras históricas da Gewalt", mas acaba por reproduzir a "Gewalt pré-existente" (2010, p.282)²⁹. Para sair desta armadilha, "seria necessária uma crítica ao marxismo, da qual a aporia da sua relação com o significado e utilização de Gewalt seria o fio condutor"³⁰. No entanto, o próprio Balibar afirma que isto nunca aconteceu "devido à impotência que o marxismo demonstrou de analisar as verdadeiras catástrofes da história do século XX (muito diferente da catástrofe final do capitalismo profetizado por Marx) da qual foi tanto o agente como a vítima: o fascismo e o nazismo, o "socialismo real" e as suas tendências exterministas, a transformação das lutas anti-imperialistas em ditaduras ideológico-militares (...)" (BALIBAR, 2010, p.282). Finalmente, Balibar examina a multiplicação de "fenômenos de violência 'inconvertível' ligados à globalização, ou cujas condições são generalizadas por ela". As guerras étnicas que estão a explodir na Iugoslávia são o ponto de referência para essas reflexões.

Max Weber falou de uma guerra interestatal totalmente interna ao quadro vestefaliano que acabou por opor – apesar dos seus conflitos internos – a civilização industrial ocidental aos "bárbaros" cujas limitações não teriam sido apenas técnicas, mas sobretudo políticas e culturais, porque incapazes de se constituírem como uma nação,

²⁸ A conversão da violência pode ser apresentada como uma tradução da palavra alemã Gewalt, que significa tanto violência quanto poder, para o inglês. Balibar cita Jean Pierre Faye que se pergunta: «como podemos traduzir este Gewalt que é, ao mesmo tempo, violência e poder? O grande problema inglês (é definido) - na Parte II Leviatã - como um poder que se eleva acima da guerra de todos contra todos. De um lado, o poder, do outro, a guerra. Ou, de um lado, o terror, do outro a crueldade. O terror do poder sobre a crueldade da guerra ». « Será que vai ser dito », continua Faye, « que o poder se levanta contra a violência da guerra? Mas a espada do poder - a espada - não é também violenta? ». Como resultado, é a língua alemã que está mais próxima da ambivalência, já que « já respondeu que a violência está dentro dessa mesma força que está desdobrada no poder do Estado ». A referência é o cap. 17 do Leviatã.

²⁹ «Gewalt» Violência e poder na história da teoria marxista. Artigo publicado em alemão em 2001.

³⁰ Ver Raymond Aron, "Macht, Power, Puissance: prose démocratique ou poésie démoniaque?" (1964), in **Les sociétés modernes**. Paris: PUF, 2006. p.606 e seguintes.

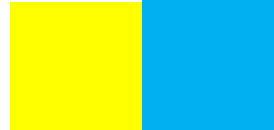
como uma cultura e como uma técnica. Pierre Clastres trabalhou, no impulso do pensamento de 1968, para desconstruir esse quadro, tentando deslocá-lo radicalmente no espaço (a floresta amazônica) e no tempo (sociedades primitivas): essa incapacidade para ele foi, pelo contrário, o resultado de um tipo de política selvagem organizada contra o Estado: o estado da natureza contra a natureza do Estado. Por último, Étienne Balibar tenta pensar nas transformações da violência e da política no contexto em que a desconstrução já teve lugar, logo após a queda do Muro de Berlim e a queda da União Soviética, com a multiplicação das guerras intraestatais: o seu problema é, portanto, o de uma violência que se teria tornado inconvertível. Vê-se ao seu carácter "impolítico" ou "antipolítico" um "curto-circuito entre, por um lado questionando a primazia da nação (...); por outro, revelando toda uma família de comportamentos e condições de existência que, em rigor, não são nem públicos nem privados, mas fazem parte de uma zona cinzenta onde o reconhecimento da individualidade perde as suas regras e os seus nomes". Essa zona cinzenta seria a condição para uma violência inconvertível que – dentro do capitalismo globalizado e neoliberal – produziria "homens economicamente descartáveis".

A zona cinzenta das guerras urbanas

A guerra entrou numa zona de indeterminação que mobiliza, ao mesmo tempo, os níveis intraestatais, entre estados e supranacionais. Funciona empilhando, como "a estrutura multicamadas de software, hardwares e redes 'Stack'" (BRATTON, 2005, p.4). A inconversibilidade da violência aqui significa que já não sabemos o que converter e em quê.

Já no início dos anos 1990, Hans Magnus Enzensberger (1995, p.83) escreveu:

Temos a impressão de que a luta incompreensível está a ter lugar longe de nós. (...) Na realidade, a guerra civil já entrou há muito tempo nas metrópoles. As suas metástases fazem parte da vida quotidiana das grandes cidades, não só em Lima e Johannesburgo, Bombaim e Rio, mas também em Paris e Berlim (...).



Isto segue-se a uma fragmentação generalizada dos atores. A guerra civil "não é travada apenas por terroristas e serviços secretos, mafiosos e skinheads, bandos de droga e esquadrões da morte, neonazís e xerifes negros, mas também por cidadãos comuns que, de um dia para o outro, transformam-se em *hooligans*, incendiários, loucos que comentam assassinatos em série" (ENZENSBERGER, 1995, p.84).

Um professor de psicologia em West Point fala de uma epidemia global de violência que deriva da precariedade, o que ele chama de "fragilidade social": "A forma como a violência mediática é bombeada para as favelas é um genocídio. Nesses guetos, o estímulo da violência veiculada pelos meios de comunicação social corresponde, moralmente, a gritar 'fogo' num cinema cheio de gente. Consequentemente, o assassinato é a principal causa de morte de adolescentes negros do sexo masculino e 25% de todos os homens negros na casa dos vinte anos (nos Estados Unidos) estão na prisão ou em liberdade condicional" (GROSSMAN apud VISACRO, 2018, p.172)³¹. O major Christopher Bowers, do Exército dos EUA, escreve: "O futuro da raça humana é a cidade; o futuro da cidade é a megacidade, e a realidade da megacidade é o bairro de lata". Esta inflexão é paradoxal. Por um lado, podemos ler que "o mundo é menos violento do que em praticamente qualquer outro momento da história". Mas, por outro lado, "não é a história toda". Outras formas de violência estão a aumentar: "As questões complicadas, os assassinios de Estado e criminosos estão frequentemente interligados. Políticos, polícias e outros funcionários podem estar em conluio com padrões criminosos, o que torna os seus crimes mais difíceis de desvendar e de tratar"³². Se "definimos a guerra através desta dualidade, reconhecendo a sua inescapável violência, mas exigindo que, pelo menos, esta seja organizada e intencional, os atos aleatórios de violência ou conflito que são conduzidos sem violência não contam como guerras" (FREEDMAN, 2018, p.x). É por isso que Muggah e Kleinfeld descrevem as cidades como "a nova fronteira da guerra" e

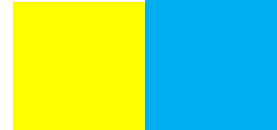
³¹ Dave Grossman. *On Killing: the psychological cost of learning to kill in war and society*, New York, Back Bay Nooks, 2009. Esta passagem é citada por Alessandro Visacro, Coronel do Exército Brasileiro, em **A Guerra na Era da Informação**. São Paulo: Contexto, 2018. p. 172.

³² Ver Rachel Kleinfeld and Robert Muggah, "The State of War". In **Carnegie Endowment for International Peace**, March, 18, 2019.

Lawrence Freedman pensa que "tornou-se razoável perguntar se as formas mais ferozes de guerra de gangues, ocultas nos bairros de lata das megacidades modernas, devem agora contar como conflito armado" (FREEDMAN, 2018, p. xviii).

As megacidades brasileiras constituem o principal teatro dessa evolução e são objeto de estudos estratégicos e militares. Como dissemos acima, um estudo do Exército norte-americano olhou, entre outras coisas, para duas cidades brasileiras: São Paulo e Rio de Janeiro. "Em maio de 2006, quando foram lançados mais de 1.300 ataques por indivíduos associados ao Primeiro Comando da Capital (PCC) e, ao mesmo tempo, ocorreram motins em setenta e três prisões (em São Paulo)". Ao examinar a situação no Rio de Janeiro no início de 2017, Robert Muggah perguntou se a violência na cidade tinha chegado a uma fase em que merecia ser considerada como "conflito armado". Mais de 6.000 pessoas tinham sido assassinadas em 2016, uma taxa de 41 homicídios por 100.000 habitantes. A polícia militar esteve envolvida na morte de 920 residentes, enquanto a taxa de baixas entre as forças de segurança da cidade foi descrita como sendo superior à dos combatentes em guerras recentes. Ao deslocarem-se para comunidades com veículos blindados e espingardas de assalto, enfrentaram grupos bem armados, frequentemente fortificados por antigos policiais que tinham trocado a proteção por extorsão e, por vezes, com acesso a metralhadoras pesadas e granadas propulsadas por foguetes. As balas de fragmentação penetram nas paredes dos hospitais e das escolas" (FREEDMAN, 2018, p.258). Freedman argumenta:

enquanto os países devastados pela guerra civil eram lugares perigosos para se viver, ainda mais eram muitos países da América Latina e das Caraíbas que, a rigor, não estavam em guerra. Esta foi a única região do mundo onde as taxas de violência letal aumentaram após 2000. Era também a parte do mundo mais urbanizada, com 80% da população a viver nas cidades. Cerca de quarenta e cinco das cinquenta metrópoles mais perigosas do mundo situavam-se na América Latina (2018, p.255).



O coronel do exército brasileiro Alessandro Visacro descreve a emergência nestes termos:

Nas megacidades dos países pobres ou em desenvolvimento, os espaços (anárquicos) regidos pelos seus próprios códigos sociais, quase sempre impostos de forma violenta e arbitrária, à margem das regras formais do Estado, dão origem a verdadeiros protetorados urbanos sem lei - terreno fértil para todo o tipo de atores armados não estatais (desde facções criminosas a organizações terroristas). A aguda crise de segurança que afeta as metrópoles brasileiras, especialmente a cidade do Rio de Janeiro, insere-se perfeitamente neste contexto (VISACRO, 2018, p.147-148).

Na França, Alain Joxe fala da emergência de um novo paradigma de conflito social a que chama guerras suburbanas. Como sinal da "mudança dramática no tipo de guerra" (BERMAN; FELTER; SHAPIRO, 2018, p.xii), todos citam o general Charles C. Krulak que cunhou o termo "Guerra dos Três Blocos" e o seu "cabo estratégico": "num só momento, os nossos membros de serviço vão alimentar e vestir os refugiados deslocados, prestando assistência humanitária. No momento seguinte, vão separar duas tribos em guerra - conduzindo operações de manutenção da paz - e, finalmente, vão travar uma batalha de intensidade média altamente letal - tudo no mesmo dia... tudo dentro de três quarteirões de cidades"³³.

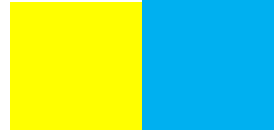
A zona cinzenta da nova guerra é a metrópole onde a violência endêmica das grandes periferias do Terceiro Mundo e das economias emergentes está a alastrar. Isso nos remete para o debate sobre a exclusão e o desenvolvimento. Enquanto especialistas militares e estudos estratégicos tentam captar a tendência de transformação de um mundo de guerras já em curso, as críticas centram-se no terreno econômico de suporte dessa inflexão, nomeadamente a globalização, onde o neoliberalismo é uma ideologia que legitima a exclusão, ou mesmo a produção de massas supérfluas ou "economicamente descartáveis".

³³ Ver: < https://en.wikipedia.org/wiki/Three_Block_War >.

A este nível, podemos portanto formular uma série de questões: será a nova forma de guerra a atualização pós-moderna das instituições anti-modernas ou a reorganização das formas de dominação na linha da captura de lutas, resistências e nomadismo que escapam definitivamente ao espaço estriado do Estado e dos seus aparelhos de captura? Será que a crise da globalização neoliberal indica uma viragem autoritária do neoliberalismo ou – pelo contrário – as profundas contradições que os efeitos dessa captura abrem na governação do capitalismo cognitivo globalizado?

Guerras moleculares?

Como apontamos acima, já em 1991 Hans Magnus Enzensberger via o fim da Guerra Fria como o início das "guerras moleculares". É a ele que Balibar se refere numa das suas palestras: "O que é uma guerra que todos sofrem, mas ninguém sofre"? Como resultado, a arqueologia da violência de Clastres é novamente mobilizada, mas num sentido muito diferente daquele que o jovem etnógrafo estava tentando traçar. A inversão da abordagem hobbesiana da guerra de todos contra todos funciona ao contrário: o que para Clastres era uma crítica libertária da violência do Estado e das suas guerras é agora lido como o paradigma da guerra generalizada e do caos que caracteriza as novas formas de governo. Bertrand Badie escreve: "hoje, para além ou fora do Estado, as novas guerras fundem-se com o próprio funcionamento da sociedade e estão desligadas de qualquer centralidade política". A noção de guerra total "muda o seu significado e aproxima-se da noção de 'sociedade guerreira' anteriormente desenvolvida por Pierre Clastres para analisar as sociedades primitivas". Badie pensa que Clastres definiu as sociedades primitivas como "infrapolíticas" e assim identifica uma inversão que não tem lugar: "(...) o processo é de certa forma inverso: a guerra não bloqueia a constituição de uma comunidade política, mas substitui as suas deficiências, ou mesmo o seu fracasso. Em vez de lidarmos com aquilo a que Clastres chamou a 'arqueologia da violência', estamos a assistir a uma reinvenção da mesma conduzindo à sua produção de uma forma sem precedentes" (BADIE, 2014, p.19). Mais ou menos no mesmo sentido, Alain Joxe sublinha



que existe atualmente "uma inversão do mecanismo de legitimação da governação em relação ao esquema Leviathan": (global) a governação baseia-se na insegurança dos povos, em vez de a soberania do Estado se basear na proteção dos povos. Curiosamente, esta é também a opinião de um conservador realista como Niall Ferguson que pergunta: "Pode um mundo em rede ter ordem?" e depois responde: "Duvido muito" (FERGUSON, 2017, p.394). Em seguida, cita Henri Kissinger que "assimila a guerra cibernética ao estado de natureza Hobbesiano" (FERGUSON, 2017, p.397). O neoliberalismo, o poder do mercado e das grandes empresas de rede verdadeiramente soberanas daria nova vida ao modelo de caos privado como um novo estado de natureza, no sentido de Thomas Hobbes.

No seu ensaio sobre a radicalização islamista dos jovens nos subúrbios, Alain Bertho destaca uma passagem muito famosa de Giorgio Agamben sobre "qualquer singularidade" e depois se pergunta: "Poderia Giorgio Agamben ter previsto que o destino escolhido das 'quaisquer singularidades' que se manifestavam contra o Estado que viu em 1990 seria esta infeliz identificação com um destino divino?" (BERTHO, 2016, p. 99). Bertho diz que "a revolta radical está no fim do projeto revolucionário". Ernst Kantorowicz disse que as ilusões racistas e nacionalistas eram fruto da desfiguração de "uma ideia originalmente venerável e altiva". O problema para ele não era a dimensão sagrada da violência, mas a sua profanação:

o desencanto do mundo progrediu rapidamente, e os velhos valores éticos que têm sido objeto de abusos e exploração miseráveis em toda a parte estão prestes a dissipar-se como fumo. A eficiência fria durante e após a Segunda Guerra Mundial, associada ao medo do indivíduo de ficar preso nas chamadas 'ilusões' em vez de aderir a 'opiniões realistas', eliminou as 'superestruturas' religiosas ou ideológicas tradicionais, na medida em que as vidas humanas já não estão a ser sacrificadas, mas liquidadas (BERTHO, 2016, p.166).

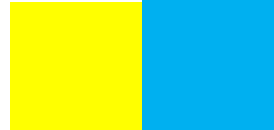
Simone Weil, na sua crítica aos direitos humanos, tinha antecipado essas reflexões de Kantorowicz. Pier Paolo Pasolini também apreendeu na antiga lei romana a noção

ambígua de *Homo Sacer*, um homem cuja santidade permitia o assassinato mas não o sacrifício. É justamente isto que Kantorowicz escreve:

Se a morte do soldado em combate – para não falar da morte dos civis nas cidades bombardeadas – for despojada de qualquer ideia que abrace a *Humanitas*, seja Deus, rei ou pátria, também será despojada de qualquer ideia enobrecedora de auto-sacrifício. Torna-se um assassino a sangue frio ou, pior ainda, assume o valor e a importância de um acidente de viação político num feriado legal (KANTOROWICZ, 2004, P. 166).

Alain Bertho vê que no terrorismo islâmico "a realização do 'fim das grandes narrativas' anunciado por François Lyotard atinge as narrativas dos poderes, assim como as narrativas daqueles que os desafiam" (BERTHO, 2016, p.15). O que nos escaparia seria o "projeto" revolucionário: a multiplicação da violência inconvertível (na guerra civil molecular) é na realidade o fato de uma "conversão" religiosa, a do radicalismo islamista ou dos evangelistas que fornecem as bases eleitorais da nova extrema-direita nos Estados Unidos da América, de Trump, bem como no Brasil, de Bolsonaro. Mas, no radicalismo islâmico e na nova extrema-direita, será que não encontramos precisamente formas de reencantamento do mundo que dão à guerra e ao assassinato uma aura de sacrifício? Será que estas formas de encantamento não justificaram ou não determinaram também os excessos totalitários das experiências socialistas ou até progressistas?

Os esforços de Slavoj Žižek para renovar as grandes narrativas de esquerda e as suas críticas à filosofia da diferença podem interessar-nos para avançar em nossa pesquisa. Escrevendo em 2008, Žižek descreve Chávez (e Morales) como "forma contemporânea da 'ditadura do proletariado': embora interagindo com muitos agentes e movimentos, recorrendo ao seu apoio, os seus governos têm obviamente ligações privilegiadas com os despossuídos das favelas – Chávez é, em última análise, o seu presidente, eles são a força hegemônica por detrás do seu governo, e embora Chávez ainda respeite o processo eleitoral democrático, é claro que o seu compromisso fundamental que os pobres têm. Esta é a "ditadura do proletariado – sob a forma de democracia" (ŽIZEK, 2008, p.379). É um paradoxo muito antigo de simplificações intelectuais contra o qual Maurice Merleau-



Ponty se perguntava: "Mas como pode um poder, que é uma ditadura contra os inimigos do povo, ser uma democracia plena para o próprio povo?" (MERLEAU-PONTY, 1955, p.299).

É verdade que Zizek diz que essa experiência pode acabar mal, "no entanto, como diria Beckett, isto será um 'fracasso melhor'" (ZIZEK, 2008, p.521). Temos aqui a resiliência de uma grande história! E como ficou essa análise dez anos mais tarde, quando o país está totalmente quebrado, as pessoas que não estão esfomeadas tentam fugir e, mais uma vez, a "ditadura do proletariado" parece – como sempre – ser apenas uma "ditadura" e uma tragédia para os pobres? Vamos ler um dos livros mais recentes de Zizek. A grande história continua a ser a mesma, mas muito mais explicitamente cínica. Ele abre o fogo não sobre o regime, mas sobre os críticos: "crítica aos movimentos progressistas ou governos" porque seria sempre "formulada, em termos pseudo-esquerdistas, como uma crítica libertária das suas características 'autoritárias'". Assim, a democracia torna-se um problema, não quando é reduzida a uma ditadura, mas quando o direito à crítica é realmente utilizado. Que história! Vamos lá ler: "Tal crítica é a mais pérfida rejeição à mudança radical (sic), que a princípio tem de parecer 'autoritária' na ruptura resoluta com a forma estabelecida". Damos ênfase ao "primeiro": estamos a falar de um regime (chavismo) que governa a Venezuela nos últimos vinte anos. Não há problema para Zizek, pelo contrário: "Tomemos o triste caso da Venezuela. Embora a revolução bolivariana mereça muitas críticas, devemos, no entanto, ter presente que ela é, nos últimos tempos, vítima de uma contrarrevolução bem orquestrada, especialmente de uma longa guerra econômica". A sofisticada guerra econômica é rapidamente explicada e é uma história muito antiga: "(...) os lojistas tentam obter mais lucro mantendo alguns produtos fora das prateleiras". Não é, como se pode pensar, bastante banal, mas uma "estratégia elaborada e completa". E esses obstáculos não são apenas um problema, mas a oportunidade de resolver a ambiguidade entre "ditadura" e "democracia". Assim, Zizek não perde a oportunidade de perguntar: "Nestas condições, é uma espécie de terror (rusgas policiais a armazéns secretos, detenção de especuladores e coordenadores da escassez etc.) não totalmente justificada como resposta defensiva?" (ZIZEK, 2017, p.31). Assim, estas

"condições" significa – mais uma vez no marco de um governo que se diz de esquerda – corrupção, torturas, assassinatos e detenções arbitrárias, a destruição da moeda e de todos os laços sociais numa guerra muito fragmentada de todos contra todos. (ZIZEK, 2017, p.31)

Na mesma linha, Zizek retoma a ideia de que novas formas de dominação derivam do pensamento da diferença. Ele se pergunta: "Será que o comunismo não se reduz assim ao que ninguém mais ninguém menos que Bill Gates chamou de "capitalismo sem fricções"? Não admira que Negri tivesse recentemente elogiado o capitalismo digital "pós-moderno", afirmando que já é comunista e que necessita apenas de um pequeno empurrão, de um gesto formal, para se tornar abertamente tal. Para dizer: "este mesmo modo de definir o problema faz parte do problema", e o problema "reside com (os) críticos 'pós-modernos'" (ZIZEK, 2017, p.339). O mesmo Zizek, um ano antes, na introdução a uma coleção de textos de Mao Tse-Tung, ataca o "reinado do capitalismo global de hoje, que é o verdadeiro Senhor do mau governo". Ironiza e coloca no mesmo patamar a Teoria Militar Israelita e a filosofia de Deleuze e Guattari: "Foi recentemente tornado público que, para conceptualizar a guerra urbana da Força de Defesa Israelita contra os palestinos, as academias militares das FDI se referem sistematicamente a Deleuze e Guattari, especialmente a *A Thousand Plateaux*, (...) – as palavras de ordem utilizadas são "Entidades Rivais sem Forma", "Manobras Fractais", Velocidade vs. "Entidades de Guerra". Ritmos", "Terroristas Nômades (...)" (ZIZEK, 2007, p.26)³⁴.

Aqui está a mesma confusão: a nova guerra seria de fato uma forma de guerra molecular teorizada por Clastres e mesmo por Deleuze e Guattari, da mesma forma que a "subjetividade qualquer" de Giorgio Agamben constituiria a base sociológica para uma fragmentação que leva às "conversões" terroristas de jovens da periferia.

No entanto, Deleuze e Guattari dizem que seguem "Clastres quando mostra que o Estado não se explica por um desenvolvimento das forças produtivas, nem por uma diferenciação das forças políticas". Com efeito, é o Estado que "permite distinguir entre

³⁴ A referência sobre a Força de Defesa israelense é Eyal Weizman, "Israeli Military Using Post-Structuralism as 'Operational Theory'". Disponível em: < www.frieze.com >.

os que governam e os que são governados". Também o seguem quando "mostra que uma máquina de guerra é dirigida contra o Estado". Mas dizem também que "ao aprofundar este problema, (Pierre Clastres) parecia privar-se dos meios para o resolver". Ele tendia a transformar as sociedades primitivas numa hipóstase, uma entidade autossuficiente" (DELEUZE; GUATTARI, 1980, p.443-444). Assim, "da exterioridade formal ele fez uma verdadeira independência". Para Deleuze e Guattari, o antropólogo "permaneceu um evolucionista, e deu-se um estado de natureza". Só este estado de natureza era, segundo ele, uma realidade plenamente social, em vez de um conceito puro, e esta evolução foi uma mudança abrupta, em vez de desenvolvimento". Embora a originalidade da abordagem, a própria ruptura com o evolucionismo, implica "dizer que o Estado sempre esteve lá" (DELEUZE; GUATTARI, 1980, p.445). A crítica de classe é radical: "não é em termos de independência, mas de coexistência e competição, num campo perpétuo de interações, que devemos pensar na exterioridade e na interioridade, nas máquinas de guerra de metamorfose e nos aparelhos de identidade do Estado, nos bandos e reinos, nas megamáquinas e nos impérios" (DELEUZE; GUATTARI, 1980, p.446). A captura pelos Estados contemporâneos ou as tentativas de capturar formas difusas e moleculares de guerra pós-soberana são feitas com base neste jogo e não invertendo o esforço filosófico de constituir uma "ciência menor" ou uma "nômade".

A emergência de uma nova forma de soberania ou mesmo fascismo parece confirmar não a funcionalidade dos conceitos de Deleuze e Guattari de novas formas de poder, mas sim a incapacidade – ou impossibilidade – do capitalismo de se tornar deleuziano. As declarações de Žižek durante a crise dos refugiados mediterrânicos talvez possam ser explicadas nesta perspectiva caótica: "(...) podemos ver o "proletariado nômade" como um agente apanhado na terrível tensão entre uma posição proletária autêntica e a tentação populista" (ŽIZEK, 2017, p.10). Mas é na América do Sul que este debate atinge o seu auge, da mesma forma que a afirmação do novo regime de guerra.

Temos aqui pelo menos mais dois problemas: a crise da grande narrativa e, ao mesmo tempo, a sua permanência como o próprio terreno de batalha da nova guerra. A única forma de enfrentar este duplo desafio é colocá-lo de cabeça para baixo: por um lado,

reconhecer que a produção de histórias é, de fato, o cerne da guerra e, por outro, quebrar esta lógica através de uma tentativa materialista de apreender a nova composição do trabalho e as suas condições de luta.

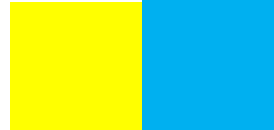
David Ronfeldt e John Arquilla, os dois analistas RAND que teorizaram as *netwars*, escrevem: "(...) o fator decisivo nas novas guerras globais de ideias será 'qual história ganha'³⁵. A guerra de hoje é uma guerra em rede. O que torna os *netwarriors* fortes é a produção de "histórias" ou "narrativas" comuns: os *netwarriors* mais potentes não serão apenas altamente ligados em rede e terão a capacidade de se aglomerarem, serão também mantidos juntos por fortes laços sociais, terão tecnologias de comunicação seguras e projetarão uma "história" comum sobre a razão pela qual estão juntos e sobre o que precisam fazer. Estes serão os adversários mais sérios"³⁶. Alessandro Viscaro condensa nestes termos: "na era da informação, a batalha decisiva acontecerá no pouco espaço que separa os dois ouvidos de cada ser humano". Assim, "ganhar a batalha da narrativa é a atividade dominante" (CORNISH; DONALDSON, 2017, p.211), o problema que tem de ser resolvido não é apenas a inconvertibilidade da violência, mas também a sua "conversão".

Milícias e corrupção

Alain Joxe diz que o ponto-chave a entender é que a interface entre a violência e a economia é atualmente moldada pela "revolução eletrônica". Nesta interface, ele coloca duas dinâmicas principais: predação e vício. O vício (a violência da economia) é a fonte dos mercados cativos que, por definição, permitem os lucros intensos da predação (a economia da violência). Thomas Gomart (2019, p.267) diz que a ligação em rede do mundo gera fenômenos paradoxais, como a afirmação de lógicas de poder estatal e a

³⁵ Ver "The Continuing Promise of the Noösphere and Noöpolitik – Twenty Years After", May 2018. Disponível em: < https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3259425 >.

³⁶ Freedman (2018, p. 228) cita John Arquilla e David Ronfeldt (eds.). **Networks and Netwars: The Future of Terror, Crime, and Militancy**. Santa Monica, CA: RAND, 2001. p.3-4. Disponível em: < www.rand.org/publications/MR/MR1382/ >.



emergência de atores não estatais influentes; permite tanto a cooperação como a predação (GOMART, 2019, p. 267). Se a predação é um dos vetores da acumulação parasitária, o vício não é necessariamente a sua outra dimensão. Pelo contrário, o vício é uma redução ou desfiguração da cooperação.

Ora, essas dimensões não são de modo algum novas; pelo contrário, são os dois mecanismos básicos das economias mafiosas que sempre foram capazes de se enxertarem no tecido do mercado capitalista em doses diferentes. As nascentes da predação não são neoliberais. Na verdade, o que é novo são as suas implicações militares e/ou econômicas. Por um lado, temos “a presença conjunta de um conceito econômico e de um conceito estratégico militar: a predação implica a emboscada, a armadilha e a derrota dos concorrentes antes de qualquer concorrência, o que leva ao cativeiro dos mercados” (JOXE, 2012, p. 62). Gira em torno da dependência, ou seja, não só de uma procura rígida, em queda e em constante expansão, mas também da multiplicação dos “modos de proteção dessas redes econômicas que são do tipo que os proxenetas dão às prostitutas e os chulos aos bares”. Por outro lado, é “este combinatório (opressão e proteção) que, em tempos, foi privilégio da máfia, com ambições limitadas aos interstícios dos impérios, que hoje se está a tornar a forma matricial da procura do lucro numa governação inseguritária” (JOXE, 2012, p.62). Se Joxe atribui essa inflexão à globalização neoliberal, a materialidade dessa dinâmica é muito mais profunda e, também, muito mais contraditória com o neoliberalismo e é essa complexidade que o discurso neosoberanista tenta explorar. É mais profundo no sentido de que o regime de acumulação de que faz parte implica uma nova relação entre circulação e produção, entre territórios e empresas, entre trabalho e emprego. É muito mais contraditório no sentido de que é extremamente difícil compreender as linhas de classe no sentido de que a relação entre os territórios de circulação e os espaços das empresas esbate as divisões tradicionais de classe e luta.

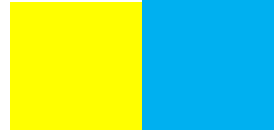
A economia da violência na América Latina está a mudar porque o papel dos territórios foi radicalmente transformado. Numa altura em que os vários países da região estavam numa trajetória de industrialização, a gestão dos pobres e dos seus territórios serviu para modular os ritmos da sua inserção num mercado de trabalho cujos motores

eram pelo menos três: formas de neoescravidão nos grandes latifúndios, trabalho de muito baixa produtividade nos serviços urbanos e, finalmente, inserção na força de trabalho industrial emergente. Sabemos que esse cenário foi perturbado por uma série de fatores que impediram a sua evolução em "fases": em primeiro lugar, o êxodo rural foi muito mais rápido e maciço do que a capacidade real das economias emergentes para transformar os pobres em trabalhadores. A consequência foi um processo de urbanização desenfreada de metrópoles cada vez maiores, precárias e fragmentadas. Nesta fase de urbanização acelerada, a regulação das massas de pobres – que se pensava serem úteis para a industrialização desejada, mas que eram de fato supérfluas face às taxas de industrialização efetivamente existentes – foi externalizada para as forças policiais. A política de dependência (a guerra contra a droga) foi o dispositivo legal e militar de controle policial que – em troca de conter as massas "supérfluas" dos pobres urbanizados – tinha "carta branca" para compensar o seu baixo rendimento, pilhando uma fração crescente dos fluxos monetários gerados pela dependência (narcotráfico)³⁷. A predação e o vício já existiam. É exatamente isso que o perfil de um dos presumíveis assassinos da Marielle confirma: "Quando era um polícia militar ativo a trabalhar para a Polícia Civil do Rio, manteve o seu salário de PM e aproveitou-se das operações, apropriando-se de dinheiro, eletrodomésticos, drogas e armas apreendidas com traficantes, o que foi chamado de 'despojos de guerra'"³⁸.

Nessa altura, porém, a captura violenta de fluxos pelo aparelho repressivo apenas dizia respeito a uma parte da riqueza que circulava após a valorização capitalista. Com a globalização e o fim da Guerra Fria, a integração global dos mercados não só conheceu uma tremenda aceleração como integrou dois novos motores: por um lado, a plena mobilização das colossais massas chinesas no processo de deslocalização industrial; por outro lado, a inflexão cognitiva e logística do capitalismo global: os fluxos logísticos globais e os ritmos metropolitanos passaram a ser modelados de forma algorítmica. As massas de pobres nas megacidades latino-americanas viram desaparecer as expectativas

³⁷ Sobre esta dinâmica, ver Negri e Cocco, 2005 e Cocco e Cava, 2018, cap.1.

³⁸ Ver Vera Araújo, "Matador de carteirinha". In *Época*, 4 abril 2019, p. 53.



de mobilização salarial e laboral face, por um lado, à chegada das massas proletárias chinesas ao mercado globalizado da deslocalização e subcontratação e, por outro, à transformação do próprio capitalismo, que assim se concentra nas suas dimensões imateriais (cognitivas, intangíveis). Desta forma, a indústria de computação (GAFAM), mais do que um setor de ponta ou um núcleo dinâmico específico, é uma indústria que transforma todas as indústrias. É à luz destas transformações que devemos apreender o que está a acontecer ao nível da violência e da guerra.

Se o horizonte da futura inclusão salarial se esgotar, o estatuto das massas "supérfluas" muda radicalmente. Ao contrário de Enzensberger, Balibar ou Alain Joxe e de uma literatura muito vasta que Engels (1979, p.120) teria qualificado como "moralista", o capitalismo neoliberal não é um dispositivo de exclusão, mas uma formidável máquina de inclusão. Ninguém é mais "descartável" e isto na medida em que todos, a começar por centenas de milhões de trabalhadores chineses, são mobilizados (e explorados). Na maioria das economias emergentes (e hoje também na China), essa mobilização já não implica uma homogeneização prévia (a estabelecida pela disciplina industrial), mas uma modulação infinita da fragmentação e da ligação em rede dos fragmentos: todos estão mobilizados, mas continuam a ser pobres e a viver nas favelas e nas periferias, fora da relação salarial, nas relações de crédito e débito.

O que está mudando e de forma radical é a modalidade de controle das massas de pessoas pobres: já não é a captura de uma fração da riqueza que circula após a valorização que está em causa, mas sim uma valorização que tem lugar diretamente nos fluxos de circulação territorial e virtual. Esta mudança paradigmática, que faz das redes territoriais e virtuais os espaços de mobilização de mão-de-obra e fluxos de desempregados, é o cenário de uma incrível inflexão da economia da violência, especialmente com o aparecimento do fenómeno que, no Rio de Janeiro, foi chamado de "milícias" no final dos anos 1990. Trata-se de uma mudança no modelo de predação policial. Já não se trata de regular os pobres apenas através da guerra contra a droga e, com base nisso, capturar uma fração dos fluxos monetários gerados pela dependência (da droga), deixando o controle dos territórios às várias facções (comandos) do narcotráfico (localizados em quase todas

as favelas e periferias). O desafio consiste em controlar diretamente os territórios e todos os fluxos de valorização. Tendo começado com o encontro entre a máfia do jogo ilegal e os grupos paramilitares que constituíam os esquadrões da morte dos anos 1970, durante a ditadura militar, as milícias são compostas por policiais das diferentes forças (Polícia Militar, Polícia Civil e mesmo Polícia Federal) ativas, reformadas ou expulsas, bem como ex-militares e bombeiros militares: com as milícias, a dependência já não é (apenas) química – ligada ao consumo de diferentes substâncias ilegais – mas de circulação produtiva em geral.

No território, a distribuição de gás, água mineral e eletricidade, televisão a cabo e sinais de internet, mototáxis, transportes informais ou mesmo transportes fluviais são domínios das milícias³⁹. Mais recentemente têm vindo a desenvolver o mercado imobiliário, com a incorporação de terrenos, a construção de edifícios de vários andares e a venda de apartamentos a crédito⁴⁰. Em alguns territórios, as milícias têm a sua própria plataforma, em vez da Uber. Todos os habitantes têm de pagar um imposto, ou seja, uma proteção que é a lei do terror: assassinatos, torturas, desaparecimentos forçados, violações e cemitérios clandestinos.

As "milícias" estão no centro e já não se encontram à margem dos processos de valorização. São hoje dispositivos biopolíticos para a pilhagem das vidas dos pobres e estão em plena expansão⁴¹. Este *boom* parece ser alimentado tanto pela inflexão da violência na economia (o papel crescente dos fluxos, a expansão da dependência: já não a dependência química das drogas, mas a dependência cognitiva dos smartphones) como também pela economia da violência (o papel direto e indireto da predação na evolução

³⁹ Ver Arthur Leal et Elenice Bottari, "Balsas, o Novo Negócio da Milícia". In **O Globo**, 15 de maio de 2019, p. 9.

⁴⁰ Durante as fortes chuvas de verão, em 15 de abril de 2019, dois edifícios de dez andares desmoronaram em uma área controlada pela milícia em Rio das Pedras (cujo líder foi preso e acusado de ser um dos dois autores do assassinato da vereadora Marielle Franco), matando 24 moradores e deixando dezenas de famílias sem nada, incluindo outros 13 edifícios construídos de forma totalmente ilegal no mesmo bairro. Dois meses após a tragédia, o trabalho da milícia no bairro de Muzema continuava no mesmo ritmo.

⁴¹ Um relatório descreve suas atividades na Amazônia onde mais de 300 pessoas foram mortas em conflitos fundiários nos últimos 10 anos e se refere às "Máfias do Ipê". Human Rights Watch, "Rainforest Mafias: How Violence and Impunity Fuel Deforestation in Brazil's Amazon", 17 septembre 2019. Disponível em: < <https://www.hrw.org/pt/report/2019/09/17/333886> >.

dos modos de controle e mobilização dos pobres). Estamos assistindo a uma transformação da economia da violência, que está a submergir a violência da economia. As milícias não são uma governação neoliberal, mas o fruto da sua crise: da sua incapacidade de satisfazer as bases sociais. Resta, portanto, a hibridização do Estado patrimonialista e empresarial e da economia mafiosa, nas infinitas modulações da corrupção. A evolução das relações entre a polícia e a criminalidade organizada, por um lado, e entre a máfia e os representantes políticos, por outro, leva-nos a parafrasear o pedido de Solzhenitsyn de uma nova abordagem: “Quem da polícia (os chechenos) e dos mafiosos tinha reeducado o outro?” (*apud* GOMART, 2019, p.131).

Defacement

A nova guerra é caracterizada por, pelo menos, duas dimensões: por um lado, o futuro da guerra não é um conflito do Terceiro Mundo ou algo como um cataclismo global, mas uma guerra que Cornish e Donaldson (2017, p.x) retratam “como um complexo de pressões, desafios, perigos e ameaças entrelaçadas”: já não é uma “Guerra Mundial” mas, sim, um Mundo de Guerra. Por outro lado, essa “nova” guerra já está acontecendo: “o desafio estratégico global pode ser mais um *continuum* do que um momento ou acontecimento discreto” (CORNISH; DONALDSON, 2017, p.227). Depois de ter afirmado que “a forma mais não-estratégica de enviesamento de confirmação: como não conhecemos o futuro, assumiremos que o futuro é o que conhecemos” (CORNISH; DONALDSON, 2017, p.6). Citam uma declaração de Donald Rumsfeld:

Relatórios que dizem que algo não aconteceu são sempre interessantes para mim, porque, como sabemos, existem “conhecimentos conhecidos”; existem coisas que sabemos que sabemos. Sabemos também que existem “incógnitas conhecidas”, ou seja, sabemos que existem algumas coisas que não sabemos. Mas também há “*unknown unknowns*” – os que não sabemos desconhecer (*apud* CORNISH; DONALDSON, 2017, p.276).

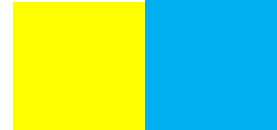
Assim, Cornish e Donaldson dizem que o desafio atualmente enfrentado pelos governos e pelos planejadores estratégicos é precisamente o do "desconhecido". Sabemos como esse "desconhecido" poderia ter se tornado um "falso conhecido": as armas de destruição maciça que deveriam existir no Iraque de Saddam Hussein e que foram utilizadas para justificar a segunda guerra do Golfo. No entanto, os autores citam outro caso em que o desconhecido aparece de uma forma diferente, e é o caso do Brexit: "um jogo estratégico que muda com consequências mais involuntárias do que alguém imaginava: ninguém fez planos sobre um resultado de 'licença'... e o país é atirado para o caos" (CORNISH; DONALDSON, 2017, p.214).

A nova guerra parece, assim, ser o resultado de uma guerra molecular que aparece como: "um espectro de conflitos" (DEL MONTE, 2017, p.153) ou uma série de "fraturas e conflitos violentos muitas vezes confusos parece ser agora uma opção para uma multiplicidade de atores, organizações e mesmo pequenos grupos, cada um perseguindo os seus próprios objetivos" (CORNISH; DONALDSON, 2017, p.14). As dimensões caóticas dessa inflexão são, pelo menos, duas: por um lado, dizem respeito ao pensamento estratégico e militar; por outro, são mesmo o resultado de conflitos em que é cada vez mais difícil decidir sobre a relação de amizade (e, portanto, de inimizade).

Vamos tentar compreender melhor o caos do pensamento militar.

Lawrence Freedman cita o General David Barno que escreve que, "na sequência da relativa certeza de doutrina, treino, tática, adversário e terreno conhecido da Guerra Fria, os nossos militares de hoje operam, de certa forma, sem conceito de guerra e procuram desesperadamente uma nova 'teoria de campo unificado' de conflito"⁴². Dez anos mais tarde, podemos ver que essa busca continua a ser desesperada, como encontramos na polêmica pública entre um oficial militar superior francês e a sua hierarquia. O coronel François-Régis Legrier, comandante da Task Force Wagram, no Levante (de outubro de 2018 a fevereiro de 2019), criticou veementemente o método e os resultados da coligação internacional na guerra contra o Estado Islâmico. Num artigo

⁴² "Military Adaptation in Complex Operations", Prism 1, n.1, 2009, p. 30. Esse trecho é citado por Freedman, 2018, p. 222. Disponível em: < <https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a521838.pdf> >.



publicado pela *Revue Défense Nationale* (RDN), criticou a guerra por procuração e a abordagem voltada para a supremacia tecnológica:

são necessários quase cinco meses e uma acumulação de destruição para vencer 2.000 combatentes que não têm nem apoio aéreo, nem meios de guerra eletrônicos, nem forças especiais, nem satélites. [O problema é que] “as nações ocidentais não tiveram a vontade de enviar 1.000 combatentes (...) e poupar a população a vários meses de guerra. [Pior ainda,] “apanhados entre a decisão de Trump de se retirar do Nordeste sírio e a boa vontade das Forças Democráticas Sírias (SDF), (os ocidentais) não encontraram outra solução que não fosse intensificar os bombardeamentos (...) comprometendo assim o futuro desta província a longo prazo. [Isto significa:] “A libertação de uma região só pode ser conseguida ao preço da destruição das suas infraestruturas (hospitais, locais de culto, estradas, pontes, casas etc.)⁴³.

É um grito contra as guerras que não são capazes de produzir vitória e não são capazes de motivar os seus soldados no terreno. Alain Joxe também escreve que os soldados ocidentais “não querem morrer em vão”. O que a guerra difusa produz são vitórias que soam como derrotas: “Só uma visão global do problema teria permitido delinear uma estratégia global e evitar a observação de que Daech está a reaparecer onde foi expulso há dois anos”⁴⁴. A resposta ao artigo será, em primeiro lugar, retirá-lo do site da RDN e, nas páginas do *Le Monde*, uma entrevista com o Major-General Serge Cholley:

A natureza dos combates em zonas mega urbanas ou densamente povoadas causa perdas graves nas fileiras dos atacantes e danos colaterais que são sempre demasiado elevados. Partindo do princípio de que a opinião pública ocidental está disposta a aceitá-los e aos seus governos, para as justificar, há que ter em conta que a guerra não se ganha só com derramamento de sangue, mas que

⁴³ Ver “La bataille d’Hajin : victoire tactique, défaite stratégique ?” In *Revue Défense Nationale*, n° 817 - Février 2019. Disponível em: < https://www.asafrance.fr/images/legrier_francois-regis_la-bataille-d-hajin.pdf >.

⁴⁴ Ver “Le texte qui embarasse l’armée française”. In *Le Monde*, 27 février 2019. p.26.

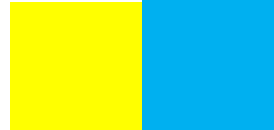
se combate essencialmente no domínio da informação, das percepções e da influência⁴⁵.

Um pouco mais tarde, o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, General François Lecointre, participou no debate, sublinhando: “Estamos a travar guerras em que não há paz” e, ao mesmo tempo, “a destruição em nome da destruição não faz sentido”. Mais precisamente, “temos de admitir a ideia, nas guerras de hoje, de que nunca conseguiremos uma vitória militar retumbante”⁴⁶.

A guerra é, portanto, uma guerra de histórias, de histórias que contam, como dizem Ronfeldt e Arquilla, e, ao mesmo tempo, é interminável, precisamente uma guerra de tipo policial, que exclui batalhas decisivas, negociações, inflexões, e isto na medida em que a paz e a guerra, amigo e inimigo, já não estão separados e são continuamente misturados. “Já não existe um modelo dominante para a guerra futura, mas sim um conceito difuso e um leque de possibilidades especulativas” (FREEDMAN, 2018, p.xxi). Os estudos estratégicos contemporâneos, bem como a sociologia militar, são assim atravessados pelos esforços para se apreender essa condição híbrida e o surgimento de guerra intraestatais (BERMAN; FELTER; SHAPIRO, 2018, p.x). No entanto, essas dificuldades resultam da crescente indeterminação do estatuto de amigo e inimigo. Entramos assim na segunda dimensão do caos: tal como já não sabemos o que é a guerra, já não sabemos como separar amigos de inimigos. Alexander Galloway e Eugene Thacker – utilizando o debate de Ronfeldt e Arquilla – falam da desfiguração da inimidade como consequência da guerra em rede, em que a enxameação não tem “frente, nem linha de batalha, nem ponto central de vulnerabilidade”. Assim, está dispersa, distribuída e, no entanto, em constante comunicação, “em suma, é um inimigo *faceless*, ou um inimigo despojado de 'faceabilidade' enquanto tal” (GALLOWAY; THACKER, 2007, p.66-67). As técnicas de reconhecimento facial estão a propagar-se e, paradoxalmente, estamos a

⁴⁵ Ver “L'idée d'une absence de forces au sol en Syrie est erronée”, propos recueillies par Gaïdz Minissian. In **Le Monde**, 27 février 2019.

⁴⁶ Ver “La réussite d'est pas le nombre de djihadistes tués”, propos recueillies par Nathalie Guibert, In **Le Monde**, 12 juillet 2019.



assistir à derrota do inimigo. Para Galloway e Thacker, a inimizade torna-se assim uma “interface” (2007, p.64).

Uma situação caótica que encontramos na maior parte dos estudos estratégicos dos conflitos contemporâneos. É o caso da Al-Qaeda, do Isis e do Hamas: “estão a competir simultaneamente um contra o outro, bem como contra o ambiente em que estão a operar, a hiper competição resultante é o elemento básico e subjacente ao conflito de novos paradigmas” (GALLOWAY; THACKER, 2007, p.133). Com o mesmo cenário sírio como referência, o antropólogo Alain Bertho descreve a circularidade das clivagens nestes termos caóticos: “Em julho de 2015, a Turquia decidiu bombardear (um pouco) Daech para melhor (realmente) travar uma guerra contra os curdos, precisamente aqueles que diariamente enfrentam o Estado islâmico no terreno (...)” (BERTHO, 2016, p.199). Podemos encontrar outro exemplo desta circulação de posições de inimizade no livro de Berman, Felter e Shapiro onde descrevem como “as despesas de reconstrução dos EUA no Afeganistão perpetuaram a violência que este país procurava acabar”. Os empreiteiros, que eram frequentemente os próprios senhores da guerra, conspiraram com insurretos para extorquir dinheiro ao esforço de desenvolvimento. Numa tentativa de descrever esta situação, os investigadores falam de “uma mistura complexa de atores benevolentes e malignos” que estão “todos metidos numa só grande sopa” (2018, p.156).

Encontramo-nos totalmente na zona cinzenta da indistinção entre amigo e inimigo. Como não pensar no homicídio de Marielle e às detenções de seus supostos assassinos. Os ex-policiais militares, milicianos, constituem a base social do fascismo paramilitar de que Bolsonaro é a expressão ontológica e política. Mas os esforços para evitar a detenção dos “mandantes” mostram que a deriva das milícias também tem outra dimensão, ao nível de muitas outras esferas dos poderes constituídos. A metástase produzida pela hibridização dos esquadrões da morte e grupos paramilitares que controlam os territórios é apenas um sintoma superficial de um câncer muito mais profundo que se encontra em diferentes esferas de poder e nos diferentes partidos políticos, tanto à direita como à esquerda. Usando Peter Solterdijk, pode-se dizer que “o cinismo de cima” se encontra com “o cinismo de baixo”: o cinismo dos dominantes usa

as “máscaras da hipocrisia”, o cinismo dos plebeus é precisamente contra “a comédia do bom comportamento” (SLOTERDIJK, 2019, p.21-2). Ambos convergem na mesma pilhagem biopolítica das vidas dos pobres e do país.

Haiti, o enigma da política

Conhecemos o Haiti como o terreno ambivalente da globalização no Sul do mundo. A participação brasileira na missão humanitária da ONU foi o cadinho de uma requalificação do papel político do Exército no contexto de uma nova guerra. Com os estudos pós-coloniais na virada do século, o debate sobre a revolução haitiana tinha experimentado um certo renascimento. O Haiti foi “redescoberto” como o país do orgulho dos escravos que lutam pela liberdade. A miséria do Haiti é a miséria da república que não reconheceu e não pôde reconhecer a liberdade dos Jacobinos Negros. A revolução dos escravos haitianos é o acontecimento impensável da Revolução Francesa porque torna explícita a oposição entre o republicanismo e a liberdade dos escravos, entre a liberdade formal e a marcha da liberdade (TROUILLOT, 1995). A tragédia do Haiti foi a consequência do compromisso entre a República e a propriedade privada: a necessidade de renovar o debate sobre o “comum”⁴⁷.

Mas há outra possibilidade de regressar ao Haiti, lendo uma breve “Nota sobre Maquiavel”, de Maurice Merleau-Ponty. No rescaldo da Segunda Guerra Mundial, o filósofo francês oferece uma bela reflexão sobre o humanismo que certamente inspirou Louis Althusser e, especialmente, Claude Lefort. Afirma que o trabalho de Maquiavel é a base fundamental de um verdadeiro humanismo e de uma política radicalmente diferente daquela que funciona como uma exortação moral: “Não há humanismo sério a não ser aquele que espera, em todo o mundo, o reconhecimento efetivo do homem pelo homem; não pode, portanto, preceder o momento em que a humanidade se dá a si própria os seus meios de comunicação e de comunhão” (MERLEAU-PONTY, 1955, p.361). Merleau-

⁴⁷ Antonio Negri e Michael Hardt retomaram essas críticas em *Commonwealth*, 2009, p.13.

Ponty continua a recordar que o problema maquiavélico foi abordado por Marx. Este último “propôs precisamente, a fim de fazer uma humanidade, encontrar outro apoio que não os princípios sempre ambíguos”. (Marx) procurado na situação e no movimento vital dos mais explorados, dos mais oprimidos, dos mais impotentes, o fundamento de uma potência revolucionária, ou seja, capaz de eliminar a exploração (MERLEAU-PONTY, 1955, p.362). Assim, a procura de um verdadeiro humanismo leva-nos a uma verdadeira questão: como “inventar formas políticas capazes de controlar o poder sem o anular”, um “poder dos sem-poder” (MERLEAU-PONTY, 1955, p.362)?

É ali que vemos o Haiti e a sua revolução esquecida e escandalizada reaparecerem sob uma luz diferente, para além das clivagens neo e pós-coloniais. Na análise detalhada do esbatimento das linhas de amizade e inimizade em Santo Domingo, entre escravatura, colonialismo, conflitos inter-coloniais (entre França e Inglaterra) e abolicionismo, Merleau-Ponty tira de C.L.R. James o relato do drama dos soldados franceses enviados por Napoleão para a ilha e que lá perecerão: “Muitos oficiais e todos os soldados ainda acreditavam que lutavam pela Revolução; veem no dia de Todos os Santos um traidor vendido aos padres, aos emigrantes e aos ingleses (...). No entanto, algumas noites, ouviram os negros dentro da fortaleza cantando *La Marseillaise*, o *Ça ira* e outras canções revolucionárias” (MERLEAU-PONTY, 1949, p.359). Os soldados hesitaram, olhando para os seus oficiais como se lhes dissessem: “Estaria a justiça do lado dos nossos inimigos bárbaros? Será que já não somos soldados da França republicana? E será que nos tornamos instrumentos políticos vulgares?” (JAMES, 2000, p.275). Esta é a armadilha dos valores: “os mesmos princípios podem servir aos dois adversários” e, pior ainda, “aplicados numa situação adequada, os princípios são instrumentos de opressão” (MERLEAU-PONTY 1949, pp. 357-358). Ora, este trágico paradoxo não é, portanto, o resultado da especificidade colonial, nem da relação da República “burguesa” com a propriedade privada, já que a encontramos intacta e igualmente trágica nas águas geladas de um porto báltico da recém-formada União Soviética:

[...] desde o tempo da comuna de Kronstadt, o poder revolucionário perdeu o contato com uma fração do proletariado

(...) e, para esconder o conflito, começa a mentir. Proclama que o pessoal geral dos rebeldes está nas mãos dos Guardas Brancos (...). [Agora] a divergência está disfarçada de sabotagem, a oposição de espionagem. [Importa notar que, uma vez delineadas estas] novas formas políticas, as lutas que a revolução supostamente deveria superar reaparecem no âmbito da revolução (MERLEAU-PONTY, 1949, p. 359).

Não foi diferente na Guerra Civil espanhola, onde os estalinistas esmagaram os anarquistas pela força das armas em maio de 1937, abrindo o caminho para a vitória de Franco⁴⁸.

Tanto no Haiti como em Kronstadt ou Barcelona, o perspectivismo não impediu que “todos lutassem em nome dos mesmos valores: liberdade, justiça” (MERLEAU-PONTY, 1949, p. 359). Como disse Rosa Luxemburgo na sua crítica ao bolchevismo, a crítica às dimensões formais da democracia liberal serve para destruir completamente a democracia. Pior ainda, no caso da União Soviética, o perspectivismo torna-se absoluto e, em nome da crítica ao formalismo liberal burguês, o novo poder esmaga não só os democratas dos combatentes, mas também as famílias dos marinheiros que são feitos reféns e fuzilados, bem como os prisioneiros”. Stalin só vai manter e generalizar a mesma prática: “cada detenção (da polícia secreta) resultou em outras, de esposas, filhos adultos e muitas vezes de irmãos, irmãs e outros parentes” (BERKMAN, 2013, p.263).

Ora, sabemos que as críticas ao bolchevismo e à URSS não faltaram, desde a de Rosa Luxemburgo (em 1918) até à de André Gide (em 1936), passando pelas dos anarco-comunistas (Makhno, Berkman, Goldman). Mas, ainda em 1977, na sua contraproposta a uma das edições do seu grande livro sobre Stalin, Boris Souvarine expressou a sua indignação perante “a *intelligentsia* francesa, a Universidade, a imprensa francesa e a publicação (que) durante mais de um terço de século” não queria ver a realidade do socialismo realmente existente⁴⁹. Da mesma forma que a vergonha do Haiti não é

⁴⁸ Ver Augustin Souchy, “The Tragic Week in May: the May Days Barcelona 1937”. Disponível em: < <https://libcom.org/library/tragic-week-may-days-barcelona-1937-souchy> >.

⁴⁹ Boris Souvarine, *Avant-Propos* (1977) à Staline (1935). Paris: Ivrea, 1992, p. 579. É muito interessante descobrir que, após a censura de fato da editora americana que encomendou o livro (entre 1930 e 1935), o grande livro de Boris Souvarine (1935) sobre Stalin foi traduzido para o inglês por C. L. R. James, 2000. p. 14.

específica da república burguesa, a vergonha de Kronstadt não diz apenas respeito ao bolchevismo. Vemos hoje a mesma capacidade de negação da crítica e a defesa cega – porque moral – da “esquerda” como um princípio abstrato para justificar o imoralismo (corrupção) no final⁵⁰.

O que se pensava ser o trabalho de um partido (bolchevique), de uma destas facções (estalinismo) num determinado período, foi hoje reproduzido na defesa cega e sectária dos chamados governos “progressistas” da América Latina. Seja o caudilhismo militarista de Hugo Chávez que destruiu a Venezuela, a repressão sangrenta dos movimentos sandinistas na Nicarágua, o peronismo mafioso dos Kirchners, o desenvolvimento autoritário de Correa no Equador ou a mistura corrupta do neoliberalismo e do neodesenvolvimentismo do PT e do Lula no Brasil. Mesmo que, em termos diferentes, isto, por sua vez, produziu imoralismo fascista.

A situação paradoxal em que nos encontramos é, de fato, a do esbatimento das linhas de amizade e de inimizade, e isto aparece mesmo na convergência da esquerda e da direita que vimos em ação no terrível caso do assassinato de Marielle Franco. Com Merleau-Ponty (1955, p.364), podemos insistir na observação: “O problema do humanismo permanece totalmente aberto”.

O desafio não consiste em tentar resolvê-lo. É necessário tentar mantê-lo aberto, como fazem as lutas que as multidões continuam a produzir: em Hong Kong contra o capitalismo cão de guarda chinês, em Argel ou no Cairo contra os regimes militares, nas rotundas da França, em Quito, Honduras, Chile, nas estradas brasileiras por um rendimento universal que reconheça a dimensão urbana e logística do trabalho no capitalismo contemporâneo. É aí, como disse Maurice Merleau-Ponty, que “o conhecimento e a ação são dois polos de uma mesma existência” (1955, p.20).

⁵⁰ «La ‘défaite’ de l’Opposition» publicado em *La Révolution Proletarienne*, 23 novembre 1926, in Boris Souvarine, 1985, p.115.

Referências

AMADEO, Pablo (ed.). **Sopa de Wuhan**: pensamiento contemporaneo en tiempos de pandemia. Buenos Aires: Editorial ASPO, 2020. Disponível em: < http://tiempodecrisis.org/wp-content/uploads/2020/03/Sopa-de-Wuhan-ASPO.pdf?fbclid=IwAR386959-_q7FG9ZCeGsEFSxGBOerZNNMf3s1hmLn8nYjcieT4QA-yyx6zE >.

ARON, Raymond Aron. **Les sociétés modernes**. Paris: PUF, 2006.

BADIE, Bertrand; VIDAL, Dominique Vidal. **Nouvelles guerres**. Comprendre les conflits du siècle XXI. Paris: La découverte, 2014.

BALIBAR, Étienne. **Violence et civilité**. Weltek Library Lectures et autres essais de philosophie politique. Paris: Galilée, 2010.

BERKMAN, Alexander. **El mito bolchevique** (Diario 1920-1922). Madrid: Malatesta Editorial, 2013.

BERMAN, Eli ; FELTER, Joseph H.; SHAPIRO, Jacob N. **Small Wars, Big Data**. The Information Revolution in Modern Conflict. Princeton: Princeton University Press, 2018.

BERTHO, Alain. **Les enfants du chaos**. Paris : La Découvert, 2016.

BRATTON, Benjamin H. **The Stack**. On Software and Sovereignty. Cambridge: MIT Press, 2005.

BRUHNS, Hinnerk (org.). **Max Weber, Discours de guerre et après-guerre**. Paris: EHESS, 2015.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência**. São Paulo: Cosac e Naify, 2004.

COCCO, Giuseppe; CAVA, Bruno. **New Neoliberalism and the Other**. Biopower, Anthropophagy, and Living Money. Lexington, 2018.

CORNISH, Paul; DONALDSON, Kingsley. **2020 World of War**. London: Hodder, 2017.

DEL MONTE, Louis A. **Nanoweapons**. A growing threat to humanity. Potomacs Book, 2017.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mille Plateaux**. Paris: Minuit, 1980.

DERRIDA, Jacques. **De la grammatologie**. Paris: Minuit, 1967.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Duhring**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. **La grande migration**. Suivi de Vues sur la guerre civile. Paris: Gallimard, 1995.

ESPOSITO, Roberto. **Immunitas: Protezione e negazione della vita**. Torino: Einaudi, 2002

FERGUSON, Niall Ferguson. **The Square and the Tower**. Networks, Hierarchies and the Struggle for Global Power. London: Allen Lane, 2017.

FREEDMAN, Lawrence. **The Future of War**. A history. Penguin, 2018.

GALLOWAY, Alexander R.; THACKER, Eugene. **The Exploit**. A Theory of Networks. Minneapolis: Minnesota Press, 2007.

GOMART, Thomas. **L'affolement du monde**. 10 enjeux géopolitiques. Paris: Taillandier, 2019.

GROSSMAN, Dave. **On Killing**: the psychological cost of learning to kill in war and society. New York: Back Bay Nooks, 2009.

JAMES, C.L.R.. **Os Jacobinos Negros**. São Paulo: Boitempo, 2000.

JOXE, Alain. **Les guerres de l'empire global**. Spéculations financières, guerres robotiques, résistance démocratique. Paris: La Découverte, 2012.

KANTOROWICZ, « Mourir pour la Patrie (Pro Patria Mori) dans la pensée médiévale » (1951), em **Mourir pour la patrie et autres textes**. Paris: Fayard, 2009

MERLEAU-PONTY, Maurice. « Note sur Machiavel » (1949). in _____. **Signes**. Paris: Gallimard, 1960.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Les aventures de la dialectique**. Paris: Gallimard - Folio, 1955.

NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe. **Global: biopoder e luta em uma América Latina Globalizada**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Commonwealth**. Cambridge – Massachussets, 2009.

SLOTERDIJK, Peter. **Réflexes primitifs**: Considérations psychopolitiques sur les inquiétudes européennes. Paris: Editions Payot & Rivages, 2019.

SOUVARINE, Boris. **À contre-courant**. Écrits 1925-1939. Paris: Denoël, 1985.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the Past**: Power and Production of History. Boston: Beacon Press, 1995.

VISACRO, Alessandro. **A Guerra na Era da Informação**. São Paulo: Contexto, 2018.

ZIZEK, Slavoj, **In Defense of Lost Causes**, London : Verso, 2008

ZIZEK, Slavoj. **Mao**: On Practice and Contradiction. London: Verso, 2007.

ZIZEK, Slavoj. **The Courage of Hopelessness**. Chronicles of a Year of Acting Dangerously. Londo: Allen Lane, 2017.